

## A Organização do Trabalho Didático da educação física em tempos de pandemia: alternativas inclusivas ante o isolamento social do estudante com deficiência

*The Organization of Physical Education teaching work in times of pandemics: inclusive alternatives face of the social isolation of the target public with disabilities*

Ronaldo Rodrigues Moises<sup>1</sup>, Emmanuela Lopes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Campo Grande, Brasil

<sup>2</sup> Secretaria Municipal de Saúde (SESAU), Campo Grande, Brasil

### HISTÓRICO DO ARTIGO

Recebido: 09 março 2022

Revisado: 17 maio 2022

Aprovado: 17 maio 2022

### PALAVRAS-CHAVE:

Educação Física; COVID-19;  
Organização do Trabalho Didático.

### KEYWORDS:

Physical Education; COVID-19;  
Organization of Didactic Work.

### PUBLICADO:

02 junho 2022

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Este ensaio tem como objetivo propor a discussão de alternativas para a Educação Física Inclusiva em tempos de COVID-19 voltadas para os estudantes público-alvo da educação especial.

**DESENVOLVIMENTO:** Utilizou-se de revisão bibliográfica tendo por base a categoria de análise Organização do Trabalho Didático (OTD). O impedimento das aulas, em virtude da pandemia de COVID-19, exigiu dos professores a adoção de estratégias diferenciadas tendo como suporte principal os recursos virtuais. Os resultados deste estudo têm apontado que a pandemia exigiu dos atores da Educação Física (professores, alunos e pais) uma reorganização tendo suporte nas tecnologias e a transposição do aprender escolar para o espaço casa dentro de uma noção concreta de flexibilização de currículo.

**CONCLUSÃO:** Conclui-se que apesar da COVID-19, a OTD da Educação Física e da escola permanece a mesma pois atende as imposições do capitalismo, todavia, anunciando maiores necessidades de flexibilização curricular por meio da utilização de tecnologias virtuais sem, todavia, romper com um modelo que ainda não atende os estudantes com deficiência e/ou transtornos globais dentro das condições equânimes com a dos demais estudantes.

### ABSTRACT

**BACKGROUND:** This essay aims to propose the discussion of alternatives on Inclusive Physical Education in times of COVID-19.

**DEVELOPMENT:** A bibliographic review was used based on the analysis category Organization of Didactic Work (OTD). The impediment of classes, due to the COVID-19 pandemic, required teachers to adopt differentiated strategies with virtual resources as the main support. The results of this study have pointed out that the pandemic required Physical Education actors (teachers, students and parents) to reorganize based on technologies and the transposition of school learning to the home space within a concrete notion of curriculum flexibility.

**CONCLUSION:** It is concluded that despite COVID-19, the OTD of Physical Education and school remains the same as it meets the impositions of capitalism, however, announcing greater needs for curricular flexibility through the use of virtual technologies.

## INTRODUÇÃO

Em 17 de novembro de 2019, autoridades chinesas anunciaram a identificação, na cidade de Wuhan, do primeiro caso de uma nova doença infecciosa respiratória aguda, posteriormente conhecida por coronavírus ou covid-19 *disease* (MA, 2019).

O surto de COVID-19 alcançou rapidamente proporções de abrangência e impactos mundiais semelhantes aos surtos de varíola no século XVI e gripe espanhola no século XIX, interferindo diretamente na vida de milhões de pessoas. A inexistência até o momento de controle absoluto da doença exigiu diferentes ações em saúde tendo como resposta mais efetiva na prevenção e controle, até a completa vacinação da população, o isolamento social dos indivíduos em suas casas. O impedimento das aulas convencionais, conforme observado em Figura 1, apresentado por Unesco (2021), impôs aos professores, pais e estudantes a adoção de estratégias diferenciadas tendo como suportes pedagógicos principais os recursos virtuais vídeo-aulas, teleaulas, *moodle*, *podcasts*, *lives*, dentre outros.

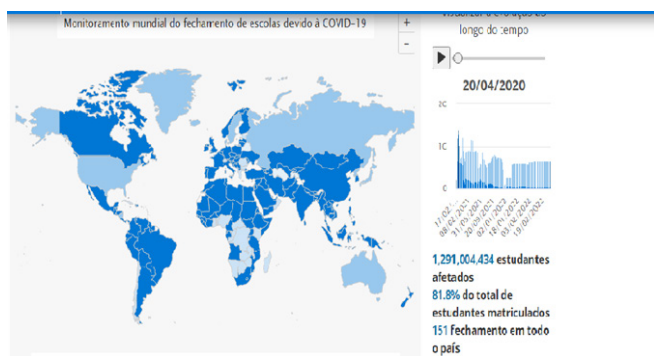


Figura 1. Mapa mundial de monitoramento de fechamento das escolas.

Fonte: UNESCO (2021).

O mapa ora apresentado indica o período de máxima culminância de fechamento de escolas em virtude do COVID-19. Conforme indicado, no mês de abril do ano de 2020, mais de um bilhão de estudantes foram afetados em sua trajetória formativa em virtude do fechamento total de quase 82% das escolas no mundo. O impacto sobre a realidade de ensino ora esposada ainda não pode ser mensurado em sua completude, uma vez que a pandemia, apesar de redução em sua curvatura, permanece. Percebe-se, todavia, nítidas alterações na imposição da flexibilização curricular e na organização do ensino onde escola, relação educativa presencial, e quadro negro, são substituídos pela residência das figuras históricas envolvidas (casa/escola/professor/estudante), pela presença virtual, e pelo computador respectivamente.

Conforme observa Wenczenovicz (2020), com relação às consequências da pandemia no cenário educacional:

Em menos de duas semanas professores e alunos de instituições educacionais públicas e privadas transferiram suas salas de aula para o ciberespaço. Iniciou-se uma corrida para dar conta do conteúdo que precisa ser trabalhado no ano letivo e, para isso, professores e alunos começaram a utilizar para sua comunicação e-mail, Facebook, Whatsa-

pp, e também plataformas on line para maior interação remota (WENCZENOVICZ, 2020, p. 1764).

Sabe-se também que, embora a situação atinja a todos sem distinção, a incidência de maior dano se deu na parcela populacional mais vulnerável da população<sup>1</sup>. Dentre os mais impactados, merecem destaque as pessoas com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento, pertencentes ao público-alvo da educação especial<sup>2</sup>, motiva investigativo desse artigo, que propõe como objetivo a discussão sobre as possibilidades da Educação Física Inclusiva em tempos de isolamento social em virtude da pandemia para o público aludido.

Assim, a pandemia global, impôs de maneira concreta uma necessidade já anunciada por Heredero (2019), isto é:

[...] pensar que todos los estudiantes pueden presentar necesidades educativas en algún momento de su trayectoria académica y que éstos pueden precisar de recursos adicionales que forman un continuo que va de la ayuda temporal hasta la adaptación permanente, siempre desde el currículo ordinario (HEREDERO, 2019, p. 39).

Dessa forma, a flexibilização curricular já defendida em diferentes documentos oficiais como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/1996), e a Base Nacional Comum Curricular (2018), foi impelida a superar o nível do discurso proporcionando também impactos significativos na organização do trabalho didático como observa-se na sequência.

## DESENVOLVIMENTO

### A Organização do Trabalho Didático

O novo cenário apresentado suscita direcionamentos de ensino que estão considerados dentro da Organização do Trabalho Didático (OTD), categoria de análise proposta por Alves (2005).

A OTD assim é definida:

No plano mais genérico e abstrato, qualquer forma histórica de 'organização do trabalho didático' envolve, sistematicamente, três aspectos: a) ela é, sempre, uma 'relação educativa' que coloca, frente a frente, uma 'forma histórica de educador', de um lado, e uma 'forma histórica de educando(s)', de outro; b) realiza-se com a 'mediação' de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento; c) e implica um 'espaço físico' com características peculiares, onde ocorre (ALVES, 2005, p. 10-11, *grifo nosso*).

A constituição da OTD, a saber os sujeitos históricos educador e educando, os instrumentos mediadores, com o livro didático tendo "centralidade da relação educativa", e o espaço físico peculiar, apresentam comportamento operacional semelhante nas diferentes disciplinas instituídas no espaço escolar, derivando da estrutura manufatureira.

<sup>1</sup> Tanto da perspectiva biológica como socioeconômica. Conforme reportagem veiculada pela Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ, 2020). "Índigenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, refugiados, ciganos, moradores de favela e periferia, aqueles que vivem com HIV/Aids, trabalhadores informais e outros grupos têm algo em comum: por estarem à margem da sociedade, precisam lidar com as desigualdades no acesso aos direitos, o que os torna ainda mais vulneráveis diante da pandemia de Covid-19". Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19#:~:text=Ind%C3%ADgenas%2C%20quilombolas%2C%20ribeirinhos%2C%20pessoas,direitos%2C%20o%20que%20os%20torna>. Acesso em: 19 de abril de 2022.

<sup>2</sup> Também fazem parte do público-alvo da educação especial os estudantes com altas habilidades/ superdotação, conforme define o artigo 58 da LDB 9394/1996.

Assim, historicamente, as disciplinas e seus saberes socialmente desenvolvidos transitam nas relações dos sujeitos, balizadas pelos livros didáticos e dentro da construção física escola; realiza-se através de conhecimentos específicos por meio de profissionais responsáveis por disciplinas específicas<sup>3</sup>, com estudantes em disposição linear em carteiras padronizadas e distribuídos em células dentro da escola, denominadas salas de aula.

A semelhança constitutiva observada pela OTD, contudo, apesar de não se aprofundar nas especificidades disciplinares, conforme observa Moises (2019), não desconsidera as singularidades presentes nas distintas ciências e práticas sociais desenvolvidas no âmbito escolar como por exemplo a Educação Física: o sujeito histórico professor de Educação Física utiliza roupas diferentes<sup>4</sup> da dos demais mestres, bermuda ou calça de nylon, tênis e boné, no pescoço, por vezes, um apito. Embora possua manuais didáticos como outras disciplinas, seus principais recursos mediadores são bolas, cordas e cones.

O espaço educativo reservado para a Educação Física também é bastante peculiar: a quadra é uma sala de aula sem paredes ou cadeiras, localizada de maneira distante das demais salas e onde se propõe o ensino por meio da cultura corporal, com conteúdos que podem causar estranheza por permitir ações como gritos, saltos, corridas, suor e rodopios, às vezes confundidos com bagunça como observa Freire (1997).

Por expor foco didático no qual a preocupação em uma primeira análise seja o conhecimento sobre práticas de manifestação de movimento corporal, a Educação Física, entendida em uma visão de senso comum, pode ser compreendida por parte da cultura escolar como secundária ou de menor importância (MARINHO, 2010). Ou então como barganha onde aquele que se comporta pode ir à aula de Educação Física.

Fruto de uma desvalorização histórica do ofício do professor vinculada à lógica da escola moderna no/do modo de produção capitalista, onde, para se universalizar é necessário se baratear (ALVES; MAMEDE, 2020), à Educação Física, coube o domínio sobre conhecimentos que foram considerados de maior relevância, todavia, em períodos pré universalização do ensino.

Em diferentes civilizações, a Educação Física, também denominada Gymnástica, carregou em sua origem o distintivo formativo de uma elite de sujeitos que deveriam ser capazes de governar e de comandar a guerra (MANACORDA, 2004). Com o advento do modo de produção capitalista e a instituição da sociedade burguesa, todavia, a Educação Física na condição escolar que se iniciava, adquire novas conformações e finalidades destinando-se também à formação da grande massa trabalhadora que, outrora camponesa, agora engrossava as frentes operárias nas indústrias. Da transição do feudalismo para o capitalismo, têm-se a constituição das classes burguesa e operária, e, da necessidade do confinamento dos filhos dos trabalhadores, - para que seus pais pudessem trabalhar nas fábricas,

cas, surgem as escolas<sup>5</sup>.

E em tal processo, a Educação Física assume papel de singularidade com relação ao controle corporal dos indivíduos, como explicita Soares (2004):

A Educação Física será a própria expressão física da sociedade do capital. Ela encarna e expressa os gestos automatizados, disciplinados, e se faz protagonista de um corpo "saudável"; torna-se receita e remédio para curar os homens de sua letargia, indolência, preguiça, moralidade, e, desse modo, passa a integrar o discurso médico, pedagógico... familiar (SOARES, 2004, p. 6).

No âmbito nacional, a disciplina acompanhou as transformações políticas e didáticas que tentavam produzir, ainda que com atraso, os modelos europeus tidos como referenciais de modernidade. Assim, conforme (JANNUZZI, 2006), o Brasil inicia seu processo de modernização e urbanização apresentando ainda o contraste de ser uma nação escravocrata de economia embasada no modelo agrário-exportador até o início do século XIX, com a vinda da família real Portuguesa, fugindo da invasão napoleônica.

O quartel final do século XIX ainda registra a abolição da escravatura e a necessidade de trabalhadores livres assalariados para uma nova conformação brasileira que começava. Em consequência de tais transformações, para o novo homem brasileiro torna-se necessário também uma educação escolarizada e, obviamente, a primeira atenção voltou-se para o atendimento da classe burguesa que teve seu modelo inicial com a implantação do Colégio Pedro II no ano de 1837.

Com passadas paralelas, embora em ritmo mais lento que as da educação das pessoas consideradas normais, a educação da pessoa com deficiência também se iniciava, e teve sua primeira incursão oficial apenas duas décadas após o surgimento do colégio Dom Pedro II, por meio do Imperial Instituto de Meninos Cegos em 1854 e do Colégio Nacional de Surdos-Mudos em 1857 (MOISES, 2019).

Nesse processo de constituição da escolarização brasileira, as disciplinas escolares componentes vão sofrendo processo de estruturação. Passando pelas diferentes reformas e processos históricos que estruturaram a educação brasileira (CASTELLANI FILHO, 2010), a Educação Física demonstra sua primeira preocupação com os estudantes com deficiência no ano de 1931, por meio de demonstrações de movimentos ginásticos apresentadas por estudantes cegos orientados por um instrutor militar como informa Vieira (1988). Após seu anúncio oficial na década de 1930, volta novamente sua atenção às pessoas com deficiência apenas em 1958 por meio de uma proposta de práticas esportivas adaptadas conhecidas atualmente por Educação Física Adaptada (EFA).

Nas décadas seguintes, a Educação Física adquire vieses pedagógicos de maior respaldo humanista, sobretudo com a retomada da democracia no Brasil em 1985 e o retorno de professores de diferentes áreas que se qualificaram em distintos países durante o período de exílio. A partir da década de 1990, ganham força os movimentos inclusivistas originários de ações representativas de classe de pais, pesquisadores, legisladores e pessoas com defici-

<sup>3</sup>Atualmente as disciplinas no âmbito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) estão distribuídas nas áreas Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

<sup>4</sup>É exigido também dos estudantes roupas adequadas para a realização dos exercícios e demais atividades.

<sup>5</sup> Não estamos aqui minorando a singular função social da escola como instituição civilizatória fruto de lutas também derivadas dos ideais revolucionários franceses, de lutas sindicais e demais movimentos e eventos sociais organizados em prol de sua universalização e atendimento igualitário, todavia, acreditamos, assim como Manacorda (2004), que escolas e fábricas nascem juntas, vez que sua origem esteja voltada originalmente à uma demanda inicialmente burguesa.

ência, exigindo a garantia de direitos e a participação, em especial no espaço escolar. Nesse bojo, são anunciadas condições de uma educação física inclusiva.

Atualmente, a proposição de uma Educação Física que contemple e atenda a todos considerando e respeitando suas especificidades é evidenciada em diferentes pesquisas (SILVEIRA, 2020; NUNES, 2019; MOISES, 2019); todavia, o cenário pandêmico impôs novos óbices ao processo inclusivo e à OTD da Educação Física frente aos estudantes público-alvo da educação especial. No presente, a Educação Física, é provocada frente o risco mundial promovido pelo COVID-19 com diferentes questionamentos dos quais elencamos dois para debate: O novo cenário enseja uma nova Organização do Trabalho Didático? E quais alternativas para se promover, ainda que em situação de isolamento social, práticas da cultura corporal presentes na disciplina Educação Física para a aprendizagem dos estudantes com deficiência? É com vistas a clarificar tais questionamentos que discorreremos a seguir.

### O novo cenário enseja uma nova Organização do Trabalho Didático?

A educação escolarizada tal qual está posta fora idealizada por Comênio no século XVII nos albores do capitalismo. Apesar disso, sua efetiva universalização exigiu cerca de três séculos, - e com ressalvas, uma vez que estar na escola nem sempre significa estar incluído nessa, sobretudo quando se refere às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (PLETSCH, 2014).

Não obstante as mudanças educacionais registradas sobretudo nos séculos XIX e XX, a essência estrutural da educação escolarizada permanece preservada como fora idealizada, logo, anacrônica, como afirma Alves (2005), e centralizada no manual didático.

Sobre o manual didático<sup>6</sup>, atualmente compreendido como os livros didáticos ou apostilas referenciais dos professores de diferentes disciplinas, é preciso reforçar que a sua finalidade original, quando da proposição de Comênio, era dar conta ao restrito contingente de pessoal qualificado e promover “O barateamento dos serviços escolares (que) só poderia decorrer, em grande medida, da simplificação e da objetivação do trabalho didático, (por meio da) transformação dos instrumentos de trabalho do professor” (ALVES, 2005, p. 66)<sup>7</sup>.

O momento de pandemia, notadamente exigiu alterações na intensidade da utilização dos elementos constitutivos da OTD, logo, também no currículo escolar: a ampliação do uso da tecnologia digital, a transposição do espaço físico escola para o espaço físico casa, e a exigência de maior domínio por parte do professor, pais, e estudantes no uso das tecnologias digitais, sendo que no caso dos primeiros, tiveram que em pouco tempo especializarem-se

em *lives*, *podcasts* e outros recursos virtuais, muitas vezes por meio de custeio pessoal e desgaste físico-emocional pela sobrecarga de funções.

Tal ocasião ao mesmo tempo se mobilizou, ao menos teoricamente, condições para que certo deslocamento e redução do uso do manual didático ocorresse, pois, o professor teve que adaptar os instrumentos para a nova situação. Todavia, o contexto não se converte em transformação estrutural uma vez que os recursos já estavam presentes havendo apenas aumento no uso das tecnologias, porém, ainda centralizados na proposição do manual didático.

Afora a ressignificação dos elementos que objetivam o ensino escolar, os agravos advindos da pandemia imprimiram velocidade no metabolismo administrativo financeiro dos sistemas de ensino, resultando em maciço fechamento de escolas privadas, demissão em massa de trabalhadores em educação, e migração de estudantes da rede privada para a pública com dificuldade de pagamento das mensalidades escolares em até 72% dos pais pesquisados (MATSUBARA et al., 2020). A ampliação e aquecimento vertiginoso do mercado de plataformas virtuais educativas tornou-se patente, todavia, não refletindo diretamente na preocupação com a qualidade do ensino a distância como observa Teräs et al. (2020).

Ramonet (2020), com base nas análises dos sociólogos Norbert Elias (1887-1990) e Marcel (1872-1950), atribui a pandemia de COVID-19 a distinção de “fato social total”, explicado da seguinte maneira em entrevista: “Às vezes, na história, há eventos, como uma guerra, por exemplo, que repercutem em todas as áreas da sociedade [...] na organização da própria sociedade, na economia, na organização das vidas e pessoas [...]” E acrescenta: “[...] Na verdade existem poucos espaços em nossa vida diária e nas sociedades que não foram particularmente afetados pela pandemia” (RAMONET, 2020).

Assim as modificações, apesar de evidenciadas em escala global em diferentes condições e graus, não devem ser vistas como fenômenos isolados ou recortados do tecido social uma vez que estão sujeitas ao modo de produção capitalista cujo objetivo maior, - é sempre preciso lembrar -, recai na obtenção do lucro dos poucos detentores dos maiores recursos de produção das riquezas. Conforme observa Marx (2008, p. 47), “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral.” E avança no entendimento ao afirmar que

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 2008, p. 48).

Dessa forma, o modelo escolar vigente, apesar do anacronismo exposto desde sua universalização tardia, mesmo com as transformações evidenciadas conserva ainda a essência necessária engendrada nos moldes comenianos do século XVII. A razão para sua conservação é que a mesma ainda atende os pressupostos do capitalismo, isto é, produção em massa a custo baixo e com o maior lucro possível. Todavia, a preservação de modelo não exclui as contradições que denotam que a escola necessita e está em processo de transformação apesar dos limites impostos.

<sup>6</sup>Atualmente compreendido como os livros didáticos ou referenciais dos professores das diferentes disciplinas.

<sup>7</sup>Atualmente, apesar do ainda acalorado discurso liberal apregoador de que a educação custa muito caro para o Estado, - argumento mais fundamentado em heurísticas rasas que confundem escola com empresas e professor com coaches, do que em dados concretos -, o manual didático cada vez mais simplificado e suas versões virtuais (plataformas), atualmente constituem, sobretudo, uma lucrativa fonte de recursos financeiros para os grandes monopólios do ramo de ensino. Sobre o assunto, recomenda-se o artigo Manuais escolares de matemática: uma visão panorâmica sobre sua história e políticas públicas, de Ana Carolina Costa Pereira e Daniele Esteves Pereira. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/a-fe/publicacoes/periodicos/revista-histedbr-line>. Acesso em 27 de abril de 2022.

A pandemia é um reflexo do acelerado processo de transformação da natureza pelo homem que, agindo além dos limites considerados responsáveis de consumo e produção, atua de maneira predatória pondo em risco todas as formas de vida, inclusive a própria (UFJF, 2020). O reflexo disso, longe de ser um fato isolado, manifesta-se em alterações climáticas profundas, tempestades, tsunamis e doenças como podemos observar em diferentes situações, por exemplo no fato de nos últimos quinze anos observarmos três grandes eventos semelhantes, dois observados na Ásia (SARS e MERS) e outro na África (Ebola).

Do exposto, com relação a educação escolarizada, implica ainda dizer que a pandemia atual apenas acelerou um processo metabólico de maciça substituição de mão-de-obra humana por tecnologias que, enfatiza-se, já estava posto e atrelado a uma redução de custo por meio da precarização da força de trabalho.

A substituição maciça da presença física por alternativas remotas ou virtuais, no entanto, deve ser um recurso suplementar e/ou complementar em um momento de pandemia, exigindo o bom senso por parte do poder público, das instituições e da sociedade, em assistir àqueles que possuem dificuldade maior de acesso, seja pela indisponibilidade da internet e computador, ou outra condição que dificulte o direito a aprender como ocorre em algumas situações envolvendo estudantes público-alvo da educação especial.

Dessa forma, é importante ressaltarmos que, apesar da manutenção essencial da OTD tanto da Educação Física como do modelo escolar vigente, fica posto, obrigatoriamente exigência de uma flexibilização curricular considerando as especificidades de todos os estudantes, na conjuntura da pandemia ainda mais sujeitos a necessidade da utilização das ferramentas e estratégias virtuais para ensino e aprendizagem. Assim, acredita-se que, embora apresente bastante de anacronismo, a escola atual ainda não atingiu seu limiar para transformação, permanecendo em grande parte a mesma, fato que pode ser observado sobretudo por três pontos como discutiremos a seguir.

O primeiro ponto observado cinge-se ao modo de produção capitalista, uma vez que para a concreta superação da escola e de sua OTD tal qual se apresenta dever estar superado, primeiramente, o capitalismo que o origina, consolida e amplifica; o segundo ponto é o fato da educação comeniana não ter atingido ainda seu pressuposto maior de ensinar tudo a todos, - pelo contrário -, diversos indicadores nacionais e internacionais mostram que se aprende menos que o esperado e que, na maioria das vezes, a inclusão real do estudante mostra-se como uma proposta de devir longe de chegar, sobretudo com relação às pessoas com deficiência, e demais minorias marginalizadas; o terceiro ponto, é que não há interesse da classe dominante em transformar para melhor e universalizar todos os níveis da educação, posto que qualidade implica investimento ou gasto no entendimento de alguns, bem como melhorias nas condições de fomento, manutenção e valorização dos envolvidos, contrariando assim a ordem natural do capital que é a obtenção do lucro por meio da precarização e assumindo o risco de formar uma base trabalhadora culta, logo crítica, e não passiva a usurpação de seus direitos legalmente constituídos.

E o que dizer da Educação Física Escolar, dentro da ideia de inclusão, em um período de isolamento social? Como se ensina quando o corpo não está próximo ao outro corpo? Discorreremos possibilidades a seguir.

### **Possibilidades na/da Educação Física para a aprendizagem dos estudantes com deficiência em tempos de isolamento social**

Frente ao fechamento das escolas, à ausência de aulas de Educação Física com presença física, à proibição do uso de parques, playgrounds e praças, as casas devem ser ressignificadas, exercendo a função também de espaço privilegiado para práticas da cultura corporal. Um colchão pode ter a função de um trampolim, ou de um rio imaginário, um cobertor, pode se tornar uma cabana, cadeiras enfileiradas passam a ser um trem ou pista de obstáculos, livros devem ser lidos e contos representados ludicamente etc.

Para Huizinga (2000), com base em sua pesquisa antropológica sobre o jogar, o pressuposto fundamental do brincar deve se ancorar no fato que a criança brinca “[...] porque gosta de brincar (p. 10)” sendo que é “[...] precisamente em tal fato que reside a sua liberdade (idem)”. Destarte, o privilégio de mover-se não deve recair em uma perspectiva de rendimento ou comparação dicotomizada e excludente melhor/pior/rápido/lento, mas no prazer de correr de diferentes formas, de chutar de diferentes formas e manifestar-se por meio do corpo que é social, organicamente indissociável, pensante, desejante em se manifestar e plural em suas possibilidades.

A Educação Física aborda um conhecimento singular dentro das produções humanas e que pode ser sintetizado na categoria denominada cultura corporal. A cultura corporal, conforme Soares et al. (1992), é o conjunto de conhecimentos socialmente produzidos denominados jogos, danças, lutas, ginástica, brincadeiras e outras manifestações cuja exigência para seu ensino e aprendizagem, pressupõe, sobretudo nas séries iniciais de escolarização, a reprodução e a exploração de movimentos socialmente desenvolvidos e, no âmbito escolar, apresentados pelos professores.

A aprendizagem inicial dos movimentos de uma brincadeira cantada como “corre cutia ou adoletá”, o ensino de passos de uma dança, a exploração de um jogo de tabuleiro ou a prática rudimentar de um jogo com bola, deve, inicialmente, pautar-se na liberdade de experimentar as possibilidades de movimentar-se em diferentes perspectivas e com distintos resultados.

No caso das pessoas com deficiência, exige-se cautela e senso crítico pois a exclusão pode ser ainda maior quando pautada em uma preconceção de coitadismo e de capacitismo que consideram o estudante com deficiência incapaz ou inapto a vivenciar a cultura corporal (COSTA, 2020).

Paradoxalmente, o isolamento social imposto institui a todos os sujeitos aquilo que já era sentido por uma parcela social marginalizada do convívio das vivências nas aulas de Educação Física, em outras atividades escolares e em demais nichos sociais<sup>8</sup>. No entanto, reforça-se que sobre

<sup>8</sup>Atualmente, apesar do ainda acalorado discurso liberal apregoado de que a educação custa muito caro para o Estado, - argumento mais fundamentado em heurísticas rasas que confundem escola com empresas e professor com coachings, do que em dados concretos -, o manual didático cada vez mais simplificado e suas versões virtuais (plataformas), atualmente constituem, sobretudo, uma lucrativa fonte de recursos financeiros.

as pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento o isolamento constitui-se condição histórica que, conforme observa Cury et al (2020, p. 1) se agravou pois: “Era como se ele não existisse ou não precisasse e/ou sofresse com o fechamento das escolas. Representou esta pandemia um retrocesso no tratamento a ser dado ao aluno com deficiência, pois remeteu o seu cotidiano a um paradigma ultrapassado de isolamento”.

Atualmente, para além do coitadismo excludente e da insegurança utilizada para eximir-se, apresentada por parcela da comunidade escolar com relação ao estudante público-alvo da educação especial, a pandemia lança desafio mais amplo tendo como premissa inicial a necessidade de compreendermos que o isolamento social hoje promove uma exclusão a todos os estudantes (inclusive os sem deficiência).

Nesse contexto, o exercício da criatividade e a parceria entre professor, pais e crianças deve ser reforçada, todavia, a prática da cultura corporal, neste caso desenvolvida dentro de casa, deve considerar a necessidade da participação familiar como mediadores de presença física, o professores podem propor aos pais o resgate de brincadeiras do período de infância desses, e o uso das tecnologias como videogames e celulares devem ser utilizados em divisão de espaço também com jogos de tabuleiros, brincadeiras cantadas, desenhos manuais e atividades de imitação, dentre outras.

## CONCLUSÃO

O isolamento impôs uma necessidade de se repensar como ensinar tendo por base primária as tecnologias virtuais. No caso da Educação Física, o desafio recai em como aprender e vivenciar jogos, danças, brincadeiras, lutas e outras práticas que apesar de fundamentar-se no movimento, agora exige como instrumento mediador os recursos virtuais.

A primeira alternativa diante da questão é lembrar e compreender que o estudante é movimento, lembrá-lo e mostrá-lo que mover-se é prazeroso, seja rolando em um sofá, batendo palmas enquanto ouve uma canção, imitando caretas apresentadas pelo professor ou por um colega de atividade ou correndo pela casa na procura de itens de um caça o tesouro virtual. Neste sentido, a parceria entre pais e escola nunca foi tão importante. Grande parcela dos pais ainda tem em sua memória as lembranças de vivências e práticas de brincadeiras populares como siga o mestre, esconde-esconde, pega-pega, ou cabo de guerra e isso deve ser revivido agora ainda mais. A globalização virtual também possibilita a exploração de práticas de outros povos e nacionalidades onde é possível problematizar com os estudantes o que é igual, diferente, os significados ou apenas reproduzir livremente.

O impedimento do contato com o colega de classe, também exige a alternativa do brincar e praticar esportes entre pais e filhos. Obviamente, não podemos cair no romantismo e não considerarmos as condições concretas de existência de grande parte dos pais e mães que possuem

longas jornadas de trabalho que dificultam em muito o brincar e até mesmo o convívio familiar. Alternativa para a restrição de tempo seria a organização de momentos de brincar e de estar juntos, seja em um final de semana, antes do jantar ou conforme as possibilidades dos participantes tendo como foco principal a qualidade do tempo utilizado.

O professor de Educação Física pode e deve em parceria com os pais, propor atividades que podem ser vivenciadas coletivamente e que contemplem as experiências que os pais tiveram quando crianças, adoção de oficinas de brincar *on-line* com a família, as visitas virtuais de locais históricos e museus e o diálogo que considerem as necessidades e anseios dos estudantes e demais participantes deve ser o elemento fundante para uma proposta de Educação Física inclusiva dentro da condição de pandemia.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Campo e à Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande MS (SESAU), e a todos os profissionais da educação e da saúde que redobram forças ante às adversidades da pandemia.

## CONFLITO DE INTERESSE

Os autores do estudo declaram não haver conflito de interesses.

## FINANCIAMENTO

Este estudo não teve apoio financeiro.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ALVES, G. L.; MAMEDE, S. Quando uma pandemia expõe as limitações da escola e da educação ambiental formal. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 175-89, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10868/7860>>. Acesso em: 26 de abril de 2022.
- ASSIS, M. de. **Obras completas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Editores, 1952.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acessada em: 08 de março de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192)>. Acessado em: 20 de novembro de 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Diário Oficial da União, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acessado em 08 de março de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html). Acessado em: 23 de abril de 2022.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- COSTA, L. S. A vida da pessoa com deficiência: reflexões legadas do distanciamento social. In: MENDES, A.; VINAGRE, A. B.; AMORIM, A.; CHAVEIRO, E.; MACHADO, K.; VASCONCELLOS, L. C. F. de; GERTNER, S. **Diálogos sobre acessibilidade, inclusão e distanciamento social: territórios existenciais na pandemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.
- CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. A. M.; REZENDE, L. G. F. F.; SILVA, A. M. S. da. **O aluno com deficiência e a pandemia**. Disponível em: <https://www.apmp.com.br/artigos/o-aluno-com-deficiencia-e-a-pandemia-c-cury-l-a-ferreira-l-g-ferreira-a-rezende/>. Acessado em: 25 de abril de 2022.

ros para os grandes monopólios do ramo de ensino. Sobre o assunto, recomenda-se o artigo Manuais escolares de matemática: uma visão panorâmica sobre sua história e políticas públicas, de Ana Carolina Costa Pereira e Daniele Esteves Pereira. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/a-fe/publicacoes/periodicos/revista-histedbr-line>. Acessado em: 27 de abril de 2022.

- FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1997.
- HEREDERO, S. E. Currículo Inclusivo. La propuesta del dua – diseno universal para el aprendizaje. *Revista de Estudos Curriculares*, Campo Grande, v. 2, n. 10, p. 39-51, 2019.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- JANNUZZI, G. S. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MA, J. South China, *Moring Post*, 13 de março de 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/society/article/3074991/coronavirus-chinas-first-confirmed-covid-19-case-traced-back>. Acessado em 08 de março de 2021.
- MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 3. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2004.
- MARINHO, V. **O esporte pode tudo**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATSUBARA, M.; MASCARENHAS, F.; MUNDHRA, K.; WU, W. **Impacto da Covid-19 no ensino básico privado no Brasil**. EY-Parthenon, Brasil, 2020. Disponível em: [https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt\\_br/releases/eyparthenon-educa-insights.pdf](https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/releases/eyparthenon-educa-insights.pdf). Acesso em 27 de abril de 2022.
- MOISES, R. R. **Ginástica e educação física no Instituto Benjamin Constant de 1930 a 1979**: entre a conformação e a formação humanística da pessoa cega. 2019. 176f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12661>.
- NUNES, J. da S. **Formação de professores de educação física para a educação inclusiva**: práticas corporais para crianças autistas. 2019. 221f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1134>.
- RAMONET, I. A pandemia está evidenciando a crise do modelo neoliberal. Entrevista concedida ao jornalista Miguel Muñoz. Carta Maior, [S.I.], 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/ignacio-Ramonet-a-pandemia-esta-evidenciando-a-crise-do-modelo-neoliberal-4/48395> Acesso em 02 de setembro de 2020.
- SILVEIRA, A. A. T. da. **Educação física escolar inclusiva**: olhares e saberes de um grupo de professores do ensino público do Natal/RN. 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29173>.
- SOARES, C. L. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SOARES, C. L.; TAFFAREL, C. N. Z.; VARJAL, E.; CASTELLANI FILHO L.; ESCOBAR, M. O.; BRACHT, V. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- TERÁS, M.; SUORANTA, J.; TERÁS, H.; CURCHER, M. Post-Covid-19 Education and Education Technology 'Solutionism': a Seller's Market. *Postdigital Science and Education*, Tampere, n. 2, p. 863-78, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s42438-020-00164-x>. Acessado em: 08 de março de 2022.
- UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. **Pandemia e meio ambiente: Impactos momentâneos ou nova normalidade?** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactos-momentaneos-ou-nova-normalidade/>. Acessado em: 27 de abril de 2022.
- UNESCO. **One year into COVID**: Prioritizing education recovery to avoid a generational catastrophe. Disponível em: <https://events.unesco.org/event?id=3620682418&lang=1033>. Acessado em: 19 de de abril de de 2022.
- VIEIRA, C. S. **A influência da prática do Judô no comportamento ansioso de adolescentes deficientes da visão**. 1988. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- WENCZENOVICZ, T. J. Enseñanza a distancia, dificultades presenciales: perspectivas en tiempos del Covid-19. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 1750-68, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21723/riabee.v15i4.13761>.

## ORCID E E-MAIL DOS AUTORES

Ronaldo Rodrigues Moises (Autor Correspondente)

 <https://orcid.org/0000-0001-6845-9473>

 ronaldo.moises@uems.br

Emmanuela Lopes

 <https://orcid.org/0000-0003-3708-01740>

 manuenfermagem2012@gmail.com